

P	RO.	JET	0	DE	LEI	Nº	D	E	D	E	A	G	OS	T	0	D	E	202	21

EMENTA: AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE COMBATE AO CYBERBULLYING LUCAS SANTOS NO ÂMBITO DO MUNÍCIPIO DE CAMPINA GRANDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Art.** 1º Fica autorizada a criação do Programa Municipal de Combate ao Cyberbullying Lucas Santos, o qual consiste em ações educativas direcionadas ao público escolar, com ênfase nos estudantes dos ensinos fundamental e médio da rede pública municipal e privada.

**Parágrafo único.** Para os fins desta Lei, entende-se por cyberbullying a prática reiterada e habitual de atos de violência de modo intencional, exercida por indivíduo ou grupo de indivíduos contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidar, agredir, causar dor ou sofrimento, angústia ou humilhação à vítima, efetivada por meio da rede mundial de computadores - internet - envolvendo redes sociais, sites ou qualquer outro meio digital.

- **Art. 2º** As Secretarias Municipais da Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia e a Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer possuem a responsabilidade de realizar as atividades referidas no art. 1º desta Lei, com a possibilidade de estabelecer convênio ou parcerias com instituições governamentais e não governamentais.
- **Art. 3º** O Programa tem como objetivo combater junto ao público escolar a realização do cyberbullying, apresentado como objetivos específicos:
- I colaborar para o conhecimento da comunidade escolar sobre o significado de cyberbullying, as suas formas de expressão, efeitos para as vítimas e responsabilização para quem a realiza;
  - II fomentar a reflexão dos estudantes sobre a prática;
- III conscientizar a comunidade escolar sobre os meios de auxílio às pessoas que sofrem com essa prática e das ações que podem ser implementadas;
- **IV** reforçar a necessidade de respeito aos direitos humanos e à individualidade de todas as pessoas, combatendo-se toda forma de discriminação negativa.



- **Art. 4º** É assegurado às vítimas de cyberbullying acesso prioritário aos serviços públicos de assistência médica, social, psicológica e jurídica, que poderão ser oferecidos por meio de parcerias e convênios.
- **Art. 5º** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
  - Art. 6º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei, no que couber.
- **Art. 7º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Campina Grande "Casa Félix Araújo."

Campina Grande-PB, 12 de Agosto de 2021.

EVA GOUVEIA
Vereadora (PSD)



## **JUSTIFICATIVA**

Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores,

A propositura aqui apresentada visa a criação do Programa Municipal de Combate ao Cyberbullying Lucas Santos, o qual consiste em ações educativas direcionadas ao público escolar, com ênfase nos estudantes dos ensinos fundamental e médio da rede pública municipal e privada.

Lucas Santos, jovem de 16 (dezesseis) anos, filho da artista paraibana vocalista de forró Walkiria Santos, faleceu no último dia 03 (três) de agosto de 2021, deixando a todos desolados e comovidos com sua prematura partida. Irreverente e ativo nas redes sociais, Lucas se envolveu nos últimos dias em uma polêmica criada por pessoas maldosas e criminosas que deturparam um vídeo postado por ele no aplicativo *tik tok*, em uma brincadeira entre amigos.

Lucas, que já dava sinais de que não estava em plena saúde psicológica, era acompanhado diuturnamente por sua família e profissionais gabaritados que, desde então, passaram a aconselhálo e acolhê-lo em suas necessidades. Porém, não sendo suficiente para conter a tristeza que se abateu sobre ele quando da enxurrada de críticas odiosas que vinha recebendo nos últimos dias em decorrência da postagem feita. Não suportando tamanha desumanidade e falta de empatia, Lucas, infelizmente, entrou em estado de descontrole emocional e ceifou a própria vida, chocando todo o País e trazendo à tona um debate acerca da saúde mental e da importância de política públicas voltadas ao acolhimento social, especialmente, na fase da juventude.

Nesse sentido, é essencial que o bem-estar das crianças e dos adolescentes seja preservado e que, de uma vez por todas, situações de ridicularização como essa cessem, sob pena de outras vidas serem perdidas. A padronização do comportamento é reflexo da disseminação da futilidade, vaidade e estereótipos de modelos inalcançáveis criadas intencionalmente com o objetivo de segregar, e, vale salientar, se não abordados por todos nós, inclusive no âmbito escolar e assistencial de formação social e humana dessa geração, trará enormes prejuízos ao desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Por todos estes motivos, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação da proposição, a fim de que possamos promover esse avanço na legislação municipal e chamar atenção para a importância da saúde mental, emocional e psicológica na formação das nossas crianças e adolescentes. Ciente da sensibilidade desta Casa, propusemos o projeto de lei, certo de seu acolhimento.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Campina Grande, "Casa de Félix Araújo."

Campina Grande-PB, 12 de Agosto de 2021.

EVA GOUVEIA

Vereadora (PSD)